

LDO 2016

Todos à audiência pública em 23 de junho. A hora é de lutar por mais recursos para as universidades

A luta pela definição de mais recursos para as universidades estaduais paulistas na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO 2016) entra em fase crítica. Por solicitação do Fórum das Seis, no dia 23 de junho, terça-feira, às 14h, no auditório Franco Montoro, está agendada uma audiência pública na Assembleia Legislativa para debater o tema. A audiência está sendo convocada conjuntamente pelas comissões de Finanças, Orçamento e Planejamento (CFOP) e de Ciência, Tecnologia e Informação (CTTI).

As reitorias serão chamadas a participar, uma vez que o Cruesp finalmente assumiu, em meio à greve do ano passado, a defesa pública de mais verbas.

O Fórum das Seis reúne-se no dia 16/6 para definir a organização da participação das categorias na audiência. Há uma proposta de convocar um dia de paralisação nas universidades e ato público na Alesp na data da audiência. Fique atento à convocação.

As emendas do F6 e a postura do Cruesp

As medidas que vêm sendo tomadas pelas reitorias, mais acentuadamente a partir do ano passado – como as demissões voluntárias na USP, a não reposição de contratações, o corte de direitos, entre outras –, longe de retratar uma postura “responsável” dos reitores, comprovam sua incapacidade e desinteresse em lutar por mais recursos para as instituições nos últimos anos, período em que houve uma expressiva expansão de cursos e campi sem a contrapartida orçamentária devida.

Nos últimos anos, o Fórum vem cobrando do Cruesp uma postura ativa quanto à necessidade de ampliação dos recursos para as universidades. O índice de 9,57% do ICMS – Quota Parte do Estado, fixado após muita luta em 1995, revela-se insuficiente para mantê-las nos patamares exigidos pelo ensino, pesquisa e extensão. Cenário, aliás, que se agravou pelo fato de o governo Alckmin não ter cumprido com a palavra empenhada nos processos de expansão: na USP, ainda não veio o 0,07% do ICMS-QPE pela incorporação de Lorena; na Unicamp, falta incorporar 0,05% pela abertura do *campus* de Limeira; na Unesp, não veio a contrapartida de recursos para a criação dos *campi* experimentais e abertura de vários cursos de 2004 em diante.

A reivindicação defendida pelo Fórum das Seis nos últimos anos é de aumento do percentual dos atuais 9,57% para 11,6% do ICMS-QPE. No entanto, por uma



questão estratégica, o Fórum sempre apresenta várias outras emendas, com percentuais diferenciados.

Também é fundamental a defesa de mudança na interpretação que, muito convenientemente, o governo faz do texto do artigo 4º da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O governo exclui da base de cálculo dos atuais 9,57% o montante destinado aos programas habitacionais e parcelas importantes do produto do ICMS, tais como: multas e juros de mora pagos em atraso, de sua dívida ativa e por autos de infração, entre

outras. Curioso observar que todas estas alíneas são levadas em conta quando do cálculo dos repasses aos municípios paulistas (ICMS-Quota Parte dos Municípios, correspondente a 25% do total do produto do ICMS).

Por conta disso, em todas as emendas apresentadas, o Fórum defende que o texto da LDO inclua a expressão “do total do produto do ICMS”, garantindo que a base de cálculo das universidades estaduais seja idêntica à dos municípios. Para se ter uma ideia do prejuízo que Unesp, Unicamp e USP têm por conta desta “metodologia” do governo, somente nos anos de 2013 e 2014 o prejuízo foi de, aproximadamente, R\$ 698,8 milhões.

Em 2014, movidos pela pressão da nossa forte greve, os reitores concordaram com a necessidade de ampliação de recursos para Unesp, Unicamp e USP, e divulgaram documento pedindo a passagem dos atuais “no mínimo, 9,57% do ICMS-QPE” para “no mínimo, 9,907% do total do produto do ICMS-QPE”.

A postura do governo

O governo Alckmin sabe muito bem que os atuais 9,57% do ICMS – QPE são insuficientes para garantir ensino, pesquisa e extensão de qualidade, especialmente pelo fato de não serem repassados de forma integral, conforme descrito acima.

Sabemos que este governo não tolera a ideia da destinação perene de recursos para os serviços públicos e por isso, sempre tenta atacar a autonomia das estaduais paulistas. A última investida foi há pouco, quando inseriu a expressão “no máximo” antes dos 9,57%, no projeto de LDO 2016 que enviou à Alesp. A ampla denúncia feita pelas entidades sindicais e a reação das categorias fez com que Alckmin recuasse rapidamente e retirasse a expressão do projeto.

Agora, a luta é para que a Alesp aprove a ampliação dos recursos e Alckmin a acate!